



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação do serviço de instalação do Repositório Arquivístico Digital Confiável (RDC-Arq) da Justiça Eleitoral de Santa Catarina – composto pelos sistemas *Archivematica* e *AtoM* (*Access to Memory*) – e de suporte e consultoria para para tal atividade, consistente em (i) instalação e configuração dos sistemas, (ii) migrações e integração entre os sistemas, e (iii) suporte e consultoria.

2. Fundamentação da Contratação

Contratação do serviço de instalação do RDC-Arq da Justiça Eleitoral de Santa Catarina – composto pelos sistemas *Archivematica* e *AtoM* – e de suporte e consultoria para para tal atividade, consistente em (i) instalação e configuração dos sistemas, (ii) migrações e integração entre os sistemas, e (iii) suporte e consultoria.

A utilização do RDC-Arq pelos órgãos do Poder Judiciário encontra-se prevista nas Resoluções nº 324, de 30.6.2020, e nº 408, de 18.8.2021, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). No âmbito da Justiça Eleitoral, a criação e manutenção de repositórios institucionais dedicados à preservação digital está disposta na Portaria nº 1.013, de 23.11.2018, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). No TRE-SC a matéria está regulamentada pela Portaria P nº 111, de 30.8.2021.

O RDC-Arq tem como finalidade garantir, de forma eficiente e segura, a autenticidade, a confiabilidade, a disponibilidade, o armazenamento, o acesso e a preservação de acervos documentais por longos períodos de tempo ou, inclusive, permanentemente.

Cabe ressaltar que o RDC-Arq já se encontra instalado no TRE-SC, porém apenas no ambiente de homologação. O passo seguinte é a transição do ambiente de homologação para o ambiente de produção. A estruturação da área de negócio do sistema já se encontra iniciada pela equipe da Assistência de Gestão Documental e da Memória (da ADG-GI), inclusive já tendo havido a estruturação de parte dos descritores no ambiente do repositório e também a realização da descrição de diversos documentos. A montagem desta estruturação primeiramente no ambiente de homologação deve-se ao fato de que a Administração do TRE-SC deverá validá-la, para apenas então proceder-se à migração dela para o ambiente de produção.

3. Descrição da solução

A contratação prevê, em relação ao RDC-Arq, o serviço de implantação/instalação, configuração, atualização, integrações e migração, cuja previsão de conclusão é de dois meses, e também prevê o serviço de suporte e consultoria estimado em 20 horas mensais, durante um período de quatro meses, totalizando 80 horas.

Definição e especificação dos requisitos da demanda:

- Avaliação do ambiente atual e da arquitetura utilizada;
- Manutenção da atualização dos sistemas *Archivematica* e *AtoM*, instalando-se as últimas versões existentes durante o período da contratação;
- Realização da integração para a interoperabilidade entre o *Archivematica* e o *AtoM*;
- Instalação das soluções em ambiente de produção;
- Efetivação da migração dos dados do ambiente de homologação para o de produção;
- Customização e configuração das soluções de acordo com os fluxos de trabalho;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Apoio à infraestrutura de tecnologia da informação para a configuração das rotinas de *backup* executando teste de *backup* e de recuperação;
- Implementação das melhores práticas para a implantação, o monitoramento e a segurança das soluções, visando a correção de qualquer vulnerabilidade;
- Apoio no aperfeiçoamento do fluxo de trabalho de preservação digital;
- Prestação de suporte e consultoria a ocorrer, sempre que solicitada, apenas após a validação da instalação dos sistemas pelo TRE-SC;
- Prestação dos serviços de forma híbrida, isto é, implantação nas dependências do TRE-SC, presencialmente, e suporte e consultoria de forma remota.

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Juntado ao PAE de contratação nº 6.941/2025.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação por se tratar de serviço.

3.3. Códigos SIASG

27472, 27502, 27480 ou 27456.

4. Requisitos da contratação

Na implantação do RDC-Arq devem ser observadas as normativas vigentes no âmbito do Poder Judiciário sobre o tema, mencionadas no item 2. Ainda, as soluções instaladas e as orientações prestadas para configuração e uso dos sistemas devem atender os objetivos de preservação e difusão da memória da Justiça Eleitoral e observar as políticas de segurança da informação do Tribunal.

São requisitos funcionais da demanda:

I) Archivemática

- Instalação do sistema em ambiente de produção;
- Migração de dados existentes para o novo ambiente;
- Atualização para a versão mais recente, garantindo todas as funcionalidades operacionais;
- Configuração de fluxos de trabalho personalizados;
- Suporte e consultoria.

II) AtoM (Access to Memory)

- Instalação do sistema em ambiente de produção;
- Migração de registros e metadados existentes para o novo ambiente;
- Atualização para a versão mais recente, garantindo total compatibilidade e eficiência;
- Configuração inicial do sistema com personalizações;
- Suporte e consultoria.

5. Modelo de execução do objeto

5.1. Prazos



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Estima-se um prazo de (i) dois meses para a conclusão da implantação/instalação do RDC-Arq e ainda das atividades acessórias e de (ii) quatro meses de suporte e consultoria, após a etapa de implantação/instalação.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Prestação dos serviços de forma híbrida, isto é, implantação nas dependências do TRE-SC, presencialmente, na Rua Esteves Júnior, 68, Centro, Florianópolis, e suporte e consultoria de forma remota.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

5.3.1. Quanto à etapa de implantação/instalação do *Archivematica* e *AtoM* (pagamento único):

- a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.3.2. Quanto à etapa de suporte e consultoria (pagamento mensal):

- a) O recebimento provisório ocorrerá no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços;
- b) o recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada, hipótese em que o prazo terá seu início contado a partir do saneamento de todas as pendências.

5.4. Pagamento

O serviço de implantação/instalação do *Archivematica* e *AtoM* será pago integralmente após a conclusão integral das atividades.

O serviço de suporte e consultoria será pago por hora, com cômputo mensal.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento mensal será de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto.

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a esta contratação.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto.

5.7. Obrigações da Contratante

Caberá à Contratante:

5.7.1. efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no presente Termo de Referência;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

5.7.2. promover, por meio da equipe gestora indicada no item 6.2, a gestão da contratação, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021;

5.7.3. prover a infraestrutura inicial necessária para a instalação dos sistemas, incluindo, mas não se limitando a, servidor, *storage*, e a configuração essencial de rede, segurança e banco de dados, estabelecendo, assim, o ambiente de trabalho para a empresa terceirizada; e

5.7.4. proporcionar todas as condições para que a Contratada possa prestar os serviços dentro das regras deste Termo de Referência.

5.8. Obrigações da Contratada

Caberá à Contratada:

5.8.1. executar o objeto nas condições estipuladas neste Termo de Referência e em sua proposta, inclusive, seguir rigorosamente os padrões de segurança definidos pela área de TI do TRE-SC, o que inclui, mas não se limita a, implementar o *hardening* nos ambientes de servidor e banco de dados, garantir a correta gestão de identidades e acessos com o princípio do mínimo privilégio, assegurar a comunicação criptografada, e manter a documentação completa dos controles e *logs* de auditoria, em total conformidade com os requisitos da Contratante;

5.8.2. apresentar plano de trabalho de implantação/instalação do *Archivematica* e *AtoM* e demais atividades correlatas em até 10 (dez) dias corridos contados a partir da data de recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;

5.8.3. iniciar a prestação dos serviços na data estabelecida pelo gestor da contratação, a qual será comunicada à Contratada com antecedência mínima de 10 (dez) dias úteis;

5.8.4. disponibilizar equipe técnica qualificada e em número suficiente para garantir a execução do objeto nos prazos estabelecidos no plano de trabalho a que se refere o subitem 5.8.2, incluindo ao menos um profissional com formação na área de gestão da informação e um profissional com formação na área de tecnologia da informação;

5.8.5. assegurar o sigilo e a segurança das informações a que tenha acesso em razão da presente contratação, em todas as etapas da realização do serviço contratado, impedindo o acesso de terceiros e respeitando a legislação de proteção de dados pessoais;

5.8.6. manter, durante a execução do objeto, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação; e

5.8.7. não subcontratar, total ou parcialmente, o objeto do certame.

5.9. Transferência de conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

5.10. Direitos autorais

Não se aplica a esta contratação.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

Não se aplica a esta contratação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestão do contrato

6.1.1. As atividades de gestão contratual compreendem:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa;
- b) acompanhar os registros realizados pela fiscalização do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;
- g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio da fiscalização técnica e administrativa;
- h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelas fiscalizações técnica e administrativa quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;
- i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e
- j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. As atividades de fiscalização técnica do contrato compreendem:

- a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato com informações pertinentes às suas competências;
- b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;
- c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- d) informar à gestão do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;
- e) comunicar imediatamente à gestão do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar à gestão do contrato para ratificação;

g) comunicar à gestão do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização administrativa;

i) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. As atividades de fiscalização administrativa do contrato compreendem:

a) prestar apoio técnico e operacional à gestão do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar à gestão do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com a fiscalização técnica;

f) auxiliar a gestão do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado; e

g) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

6.2. Gestão e fiscalização

Os papéis de gestor da contratação, fiscal técnico e fiscal administrativo serão exercidos pelos servidores cujas atribuições encontram-se indicadas abaixo:

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Assessor de Gestão da Informação (ADG-GI)
Fiscal técnico	Chefe da Seção de Administração de Sistemas (da CSC)
Fiscais administrativos	Chefe da Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária (da COFC) e Chefe da Seção de Gerenciamento de Contratações (da CC)

6.3. Instrumentos Formais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

A contratação será formalizada por meio de termo de contrato.

6.4. Acompanhamento do Contrato

A comunicação entre Contratante e Contratada deverá se dar entre o gestor da contratação e o representante indicado pela Contratada.

A comunicação será realizada através de correspondência oficial encaminhada por *e-mail* ou outro meio em caso de impossibilidade técnica, como por meio de reuniões presenciais e virtuais e mensagens eletrônicas, cabendo à Contratante e à Contratada informarem os seus respectivos endereços eletrônicos após a emissão da nota de empenho.

Serão realizadas reuniões de trabalho entre a Contratante e a Contratada para a análise do desempenho desta e o acompanhamento da execução do objeto, sempre que houver necessidade, sendo as mesmas registradas em ata.

O gestor manterá controle gerencial acerca da quantidade de colaboradores e da prestação dos serviços, a fim de garantir a execução do objeto nos prazos estabelecidos no plano de trabalho a que se refere o subitem 5.8.2.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Conforme itens 5.1 e 5.4.

8. Reajuste ou repactuação

Os preços inicialmente contratados poderão ser reajustados após 1 (um) ano, com data-base vinculada à data do orçamento estimado, utilizando-se, para o cálculo, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, publicado na ocasião, ou, na hipótese de extinção deste índice, utilizar-se-á o que venha a substituí-lo.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

O parcelamento do objeto não se justifica técnica ou economicamente, razão pela qual o objeto deverá ser adjudicado para um único fornecedor.

9.2. Seleção do fornecedor

O critério para a seleção do fornecedor será o menor preço apresentado na licitação por meio da modalidade pregão eletrônico e do critério de julgamento menor preço.

Será declarada vencedora a licitante que atender aos critérios de habilitação e apresentar o menor preço, bem como atender às demais condições deste Termo de Referência.

Será vedada a participação de pessoa física, conforme previsto no subitem 3.1 do Estudo Técnico Preliminar.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à qualificação técnica, considerando a natureza do objeto, deverá ser exigido um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

Não há requisitos específicos de qualificação econômico-financeira.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar nº 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Conforme item 8 do ETP, a estimativa foi realizada com base no preço das soluções disponíveis no mercado e na quantidade de horas de suporte e consultoria sugerida, ou seja, 80 horas.

- **Fornecedor 1:**
 - Implantação/instalação do *Archivematica* e *AtoM*: R\$ 65.000,00;
 - Suporte e consultoria: R\$ 250,00 por hora (multiplicado por 80) = R\$ 20.000,00;
 - **Total: R\$ 85.000,00.**
- **Fornecedor 2:**
 - Implantação/instalação do *Archivematica* e *AtoM*: R\$ 75.500,00;
 - Suporte e consultoria: R\$ 350,00 por hora (multiplicado por 80) = R\$ 28.000,00;
 - **Total: R\$ 103.500,00.**
- **Fornecedor 3:**
 - Implantação/instalação do *Archivematica* e *AtoM*: R\$ 70.000,00;
 - Suporte e consultoria: R\$ 300,00 por hora (multiplicado por 80) = R\$ 24.000,00;
 - **Total: R\$ 94.000,00.**

Valor médio da contratação: R\$ 94.166,67.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Item 7 do Anexo I.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

11.2. Plano de Logística Sustentável

Não há alinhamento direto entre o objeto da contratação e o PLS do TRE-SC; não obstante, inexistente conflito do objeto com o aludido PLS.

11.3. Outros instrumentos

Resolução CNJ nº 324/2020, Resolução CNJ nº 408/2021, Portaria TSE nº 1.013/2018 e Portaria P/TRE-SC nº 111/2021.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	Valor
7 – Consultorias	02.122.0033.20GP.0042 (Julgamento de causas e gestão administrativa)	3.3.90.35 (Serviços de consultoria)	R\$ 99.600,00
Total			R\$ 99.600,00

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P nº 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º.8.2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea "a" do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado no cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescida de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a Contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) a inexecução total do objeto sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do objeto contratado.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;

b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;

c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;

d) descontada do valor da garantia prestada; ou

e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "b" a "g", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;

b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;

c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;

d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;

e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, "h" a "l", pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;

b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;

c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;

d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;

e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º.8.2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;

b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;

c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou

d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas "b" a "e" do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;

b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste subitem.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.